

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 482.006 - SE (2018/0321964-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : RAMON CAVALCANTE DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : RAMON CAVALCANTE DE OLIVEIRA - SE004567**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**PACIENTE : MILENA CRUZ GUIMARAES**

## DECISÃO

**MILENA CRUZ GUIMARÃES** alega sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**, nos autos do HC n. 201800311933.

Consta dos autos que a ré foi condenada pelo delito de estelionato em continuidade delitiva (art. 171, *caput*, c/c o art. 71, ambos do CP), a 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto. A sentença transitou em julgado em 3/12/2014.

Neste *writ*, a defesa pleiteia, liminarmente, "a anulação da decisão do dia 04/05/2018 nos autos do processo tombado sobre o n 201456000286 que determinou a regressão de regime da paciente e via, de consequência, expedir SALVO CONDUITO em favor da paciente" e, no mérito, "seja anulada a decisão fustigada no processo tombado sob o n° 201456000286, visto o cerceamento de defesa pela mitigação do exercício do contraditório e da ampla defesa, do desrespeito ao art. 118, § 2º, da LEP e da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória" (fl. 30).

Em consulta ao sistema eletrônico desta Corte Superior, colheu-se a informação de que foi interposto, pela ora paciente, o RHC n. 107.738/SE, ao qual foi dado parcial provimento "para: a) determinar que o Juiz da VEC reexamine a ocorrência da prescrição executória a partir do trânsito em julgado para a acusação, consideradas as causas interruptivas do art. 117 do CP; b) afastar a regressão ao regime semiaberto", circunstância que evidencia a perda superveniente de objeto do presente *writ*.

À vista do exposto, **julgo prejudicado** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

